

BOLETIM 429

Brasília, 13 de setembro de 2017



Diretoria da CONTRICOM reúne-se em Brasília para debater processo eleitoral

A Diretoria da CONTRICOM reúne-se nesta quinta (14), em sua sede nacional em Brasília (Casa do Trabalhador da Construção) para discutir, entre outros assuntos, o processo eleitoral que resultará na escolha da direção da entidade para a próxima gestão.

No dia de hoje (13), o presidente da Confederação, Francisco Chagas Costa – Mazinho, promoveu uma discussão sobre as eleições da entidade com os presidentes das Federações estaduais e regionais filiadas à CONTRICOM *(foto)*.

Segundo Mazinho, “esse processo tem que ser o mais amplo e democrático possível para que possamos fortalecer nossa Confederação, especialmente nessa conjuntura de desemprego e

ameaça de perda dos direitos trabalhistas e sociais que atinge nossa categoria”.

Mazinho argumenta que “são nos momentos de crise como esse que devemos inovar e buscar soluções para fortalecer nossas entidades em todos os níveis e, com isso, reforçar nossa capacidade de luta e de trabalho em favor dos nossos representados”.

A Diretoria da CONTRICOM discutirá, ainda, a revisão da previsão orçamentária do corrente ano, bem como assuntos gerais de interesse dos trabalhadores e da entidade.

CONSELHO FISCAL – O Conselho Fiscal da CONTRICOM também reuniu-se ontem (12) e hoje (13) na sede da entidade, em Brasília, com o objetivo de analisar a prestação de contas e elaborar parecer que será apresentado na reunião da Diretoria.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FST promove ato nesta quinta em Porto Velho (RO)

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), integrado por 22 confederações nacionais laborais, inclusive a CONTRICOM, promove nesta quinta-feira, em Porto Velho (RO), um ato público, na Praça das Três Caixas D’Água, contra o desmonte da CLT e a “reforma” da Previdência. O evento, que pretende reunir trabalhadores, lideranças sindicais e outros setores da sociedade, é o primeiro de uma série que a entidade pretende promover em todo país para esclarecer os trabalhadores dos efeitos nocivos das reformas patrocinadas pelo atual governo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Documento das entidades entregue ao governo prioriza a retomada do desenvolvimento com geração de empregos

O documento entregue no dia de ontem (12) ao governo pelos representantes das Centrais Sindicais e das entidades empresariais prioriza as propostas que visam a retomada do desenvolvimento com geração de empregos.

Na esteira de diversas reuniões entre representantes patronais e da classe trabalhadora, ressaltou-se, na ocasião, a necessidade de, em plena crise, reforçar os pontos convergentes entre as entidades trabalhistas e patronais, de modo a assegurar a retomada de uma pauta positiva para o país.

A pauta conjunta entregue à Presidência da República, estabelece a retomada do crédito; das obras públicas paralisadas; da revisão de normas do seguro-desemprego; desburocratização da administração; recuperação de passivos fiscais; renovação da frota de veículos e maquinário industrial; construção de moradias populares; e promoção do entendimento entre os agentes de

petróleo, gás e energia, visando o cumprimento das normas de conteúdo local de forma a destravar os investimentos do setor e gerar demanda para os segmentos nacionais que possuem capacidade de fornecimento com custos e prazos adequados.

O ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira; o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira; o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o presidente do BNDES, Paulo Rebello de Castro, bem como demais integrantes da equipe ministerial do governo participaram do encontro.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Ministro Barroso, do STF, abre inquérito para investigar Temer e Loures

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso decidiu nesta terça-feira (12) abrir inquérito para investigar o presidente Michel Temer e o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures, além de mais dois empresários, por suspeitas de crimes de corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro.

O pedido de abertura de investigação foi feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para apurar suspeitas de recebimento de vantagens indevidas dos envolvidos pelo suposto favorecimento da empresa Rodrimar S/A por meio da edição do Decreto dos Portos (Decreto 9.048/2017).

O pedido de abertura do inquérito chegou ao Supremo em junho e foi remetido ao ministro Edson Fachin. Ao receber o processo, o ministro entendeu



que o caso deveria ser redistribuído a outro integrante da Corte por não ter conexão com o inquérito que envolve Temer a partir das delações da JBS. Nesta semana, a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, determinou uma nova distribuição e Barroso foi escolhido o novo relator.

Fonte: Agência Brasil

Comissão que analisa a MP dos royalties da mineração define plano de trabalho

A comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória (MPV) 789/2017, aprovou seu plano de trabalho nesta terça (12). A MP muda as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), os royalties da mineração. Pelo texto editado pelo governo, as alíquotas devem incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida, como antes.

De acordo com o cronograma, haverá audiências públicas entre os dias 13 de setembro e 13 de outubro. Já a apresentação e a análise do relatório estão previstas para o período de 17 a 24 de outubro.

A agenda foi apresentada pelo relator, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). As reuniões da comissão mista ocorrerão às terças e haverá audiências públicas no Congresso Nacional e eventos regionais para debater a MP. Serão convidados representantes dos ministérios de Minas e Energia, da Fazenda e da Agência Nacional de Mineração (ANM), além de autoridades e

dirigentes de associações de estados e municípios produtores de bens minerais.

Royalties - Pela MP, as alíquotas da Cfem, que é o royalty cobrado das empresas que atuam neste setor, terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional.

Já os minérios restantes terão as seguintes alíquotas: 0,2% para os extraídos sob regime de lavra garimpeira; 1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil; 2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto; e 3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.

No caso de venda, a Cfem incidirá na receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização. Já no caso de consumo, incidirá sobre a receita calculada, considerado o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela ANM.

Nas exportações para países com tributação favorecida, a Cfem recairá sobre a receita calculada. Em leilões públicos, sobre o valor de arrematação. E no caso de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do minério.

Fonte: Agência Senado

Mesmo com protestos, governo francês reafirma reforma trabalhista

O primeiro-ministro da França, Édouard Philippe, destacou a vontade de levar adiante a reforma trabalhista, que deverá estar em vigor no fim de setembro, após o primeiro dia de mobilização contra as mudanças, organizado nessa terça-feira (12) por vários sindicatos. A informação é da Agência EFE.

As quase 200 manifestações na França reuniram ontem 400 mil pessoas, segundo a Confederação Geral do Trabalho (CGT). A polícia, porém, estimou esse número em 223 mil. As greves tiveram impacto limitado.

A CGT programou outra jornada de mobilizações para o dia 21, às vésperas da reunião do Conselho de Ministros, que adotará os decretos que flexibilizarão o mercado de trabalho. No dia 23, haverá outra manifestação em Paris, organizada pela França Insubmissa, o partido da esquerda radical.

Fonte: Agência Brasil

Demissão de servidor público estável está na pauta da CCJ do Senado

A demissão de servidor público estável por insuficiência de desempenho está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



do Senado. A medida é regulada em projeto de lei (PLS 116/2017 – Complementar) da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-RN). O texto tem voto favorável do relator, senador Lasier Martins (PSD-RS), na forma de um substitutivo. A CCJ tem reunião agendada para a quarta-feira (13), às 10h.

Pelo texto a ser votado, as regras para a punição máxima ao servidor concursado e estável deverão ser seguidas não somente pela administração pública federal, mas também nos âmbitos estadual, distrital e municipal. Parâmetro para a eventual demissão, o desempenho funcional dos servidores deverá ser apurado anualmente por uma comissão avaliadora, garantindo-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A proposta original estabelece uma avaliação de desempenho a cada seis meses, delegando ao chefe imediato do servidor o poder de executá-la. Lasier resolveu ampliar esse prazo por julgar um semestre “lapso temporal muito curto para a avaliação”. O relator também justificou, no parecer, a decisão de transferir a



responsabilidade pela avaliação de desempenho do chefe imediato para uma comissão.

“Nem sempre o chefe imediato será um servidor estável, podendo ser um servidor comissionado sem vínculo efetivo. Além disso, concordando com parte das preocupações das entidades representativas dos servidores [expostas em debate na CCJ], não consideramos adequado deixar exclusivamente a cargo da chefia imediata uma avaliação da qual poderá resultar a exoneração do servidor estável, pois isso comporta o risco de que uma decisão de tamanha gravidade seja determinada por simpatias ou antipatias no ambiente de trabalho”, ponderou Lasier.

Fonte: Agência Senado

Acordos resolvem 12% dos conflitos levados à Justiça

Para cada 100 processos judiciais julgados em 2016 (com sentença ou decisão terminativa), 12 conflitos foram resolvidos por meio de acordo entre as partes em disputa.

A conciliação é, particularmente, mais exitosa na Justiça do Trabalho, ramo do Poder Judiciário em que o número de conflitos encerrados após uma negociação entre as partes corresponde a 26% de todas as ações julgadas no ano passado.

O desempenho da política nacional da conciliação em 2016 está na publicação “Justiça em Números 2017”, lançada segunda-feira (4/9) pelo CNJ.

O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19) é o recordista nacional no uso da

autocomposição como estratégia de resolução de conflitos no Judiciário. No estado de Alagoas, as conciliações propostas encerraram pacificamente 36% dos litígios trabalhistas, de acordo com o anuário estatístico produzido pelo CNJ.

Ao optar pela via da conciliação, as partes prescindem da participação de advogados e do juiz, que atua apenas na validação formal dos acordos que foram negociados anteriormente entre os diretamente interessados.

Resultados - De acordo com o Justiça em Números 2017, quanto maior a informalidade da instância, a disputa tem mais chances de ser resolvida por meio de acordo. Nos Juizados Especiais, em que a presença de um advogado não é exigida, 16% das divergências terminaram na chamada via da conciliação em 2016. O percentual cai quando o processo chega ao primeiro grau para 13,6% e para apenas 0,4% na segunda instância.

O índice de conciliação também é maior na fase de conhecimento: 17% dos casos foram encerrados por meio de acordos em 2016 nessa fase, em que são ouvidas testemunhas e recolhidas provas. Apenas 5% dos acordos ocorreram durante a fase de execução, quando um devedor é cobrado por suas dívidas, por exemplo.

CEJUSCs - Para implantar a Política Judiciária de Tratamento de Conflitos, a Resolução CNJ n. 125/2010 também previu a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)